

[1975]

SOCIALISMO Democrático e Política CULTURAL

ENCONTRO
PROMOVIDO PELA

ASSOCIAÇÃO
ANTÓNIO SÉRGIO

aas

LISBOA
30|31 de MARÇO
1 de ABRIL



SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E POLÍTICA CULTURAL

Encontro promovido pela Associação Antônio Sérgio

Local: Hotel Altis, Lisboa

Data : 30, 31 Março 79, 1 Abril 79

ORDEM DE TRABALHOS

Sexta Feira, 30.3.79

- 21.30 : Recepção dos participantes
 22.00 : Introdução aos trabalhos, por Antônio Reis
 22.30 : 1ª Tema: "Cultura e Identidade Nacional"
 Comunicações de J. Sebastião da Silva Dias e Manuel Antunes
 23.30 : Debate em plenário, moderado por Manuel Alegre
 0.30 : Encerramento da 1ª sessão

Sábado, 31.3.79

- 11.00 : 2ª Tema: "Cultura e Sociedade"
 Comunicações de Eduardo Lourenço e José Pedro Martins Barata
 12.00 : Debate em plenário, moderado por João Bénard da Costa
 13.00 : Intervalo para almoço
 15.00 : 3ª Tema: "Cultura e Estado"
 Comunicações de Eduardo Prado Coelho e José Augusto Seabra
 16.00 : Debate em plenário, moderado por Antônio Reis
 17.00 : 4ª Tema: "Democracia Cultural: descentralização e animação cultural"
 Comunicações de Sophia de Mello Breyner e Teresa Santa. Clara Gomes.



- 18.00 : Debate em plenário, moderado por Teresa Santa Clara Gomes
19.00 : Encerramento da 2ª sessão.

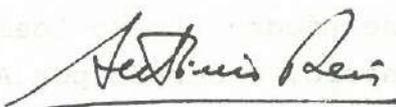
Domingo, 1.4.79

- 10.30 : Debate por grupos especializados sobre cada um dos temas.
13.00 : Intervalo para almoço.
15.30 : Apresentação ao plenário das sínteses dos debates
16.30 : Encerramento dos trabalhos

- N.B. - A todos os participantes serão distribuídas as comunicações iniciais sobre os temas; todos os debates serão gravados; as comunicações iniciais e as sínteses dos debates serão posteriormente publicadas
- A fim de facilitar a organização do Encontro, a Comissão Organizadora solicita a confirmação da participação de V.Exa até 26 de Março, para os telefones 326171/5 (a/c Teresa Torres, secretária do Encontro).

Lisboa, 12 de Março de 1979

Pela Comissão Organizadora



(António Reis)



SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E POLÍTICA CULTURAL

A Associação António Sérgio decidiu promover nos próximos dias 30, 31 de Março e 1 de Abril um encontro sobre o tema "Socialismo Democrático e Política Cultural", para o qual convidou um leque variado de personalidades do meio cultural português, bem como alguns observadores estrangeiros.

Uma tal iniciativa surge na sequência dum processo de reflexão de militantes socialistas com responsabilidades na área cultural, sobre a necessidade de aprofundar os princípios e os objectivos duma política cultural inspirada nos ideais do socialismo democrático e integrada no projecto de sociedade que lhe é próprio.

Com efeito, o problema maior do país continua a ser o problema cultural. Enterrado o espírito de vistas largas do "quinhentismo", esse breve instante em que uma verdadeira revolução cultural, fruto das na veгаções, colocou Portugal na vanguarda da Europa, tem imperado no nos so país aquilo a que um escritor chamou "o espírito das trevas". A revolução de Abril não desencadeou um processo de renovação cultural nem soube abrir as "largas avenidas da discussão" de que falou António Sérgio. A "reforma da mentalidade" está por fazer. A vida cultural portuguesa continua marcada pelo maniqueísmo e pelo espírito de seita, num ciclo de intolerância - liberdade - intolerância, a que urge pôr termo.

O fim do ciclo imperial vem repôr, em novos termos, toda a problemática da cultura, que é, afinal, a problemática da identidade nacional. Estamos na hora, também aqui, de definir "Uma política de Fixação, que retome a inspiração renascentista portuguesa, que é uma ins piração de liberdade e abertura sobre nós próprios e sobre o mundo, anti-dogmática e anti-autoritária por excelência.

Os erros cometidos no período eufórico da revolução refletem-se hoje negativamente sobre todo o processo democrático. A intolerância "revolucionária" segue-se a intolerância e o revanchismo "contra-revo cionários". Ao absolutismo ideológico, que pretendeu fazer tábua rasa da tradição nacional, segue-se um regresso ao nacionalismo estreito e obscurantista. Há, pois, que tomar a iniciativa na Frente Cultural, contra todos os dogmatismos, por forma a criar uma alternativa de liberdade e tolerância, que seja, também, uma síntese entre a tradição liberal e o pensamento socialista.

Por outro lado e como se sabe, desenrola-se hoje na Europa e em Portugal um movimento de ideias em torno da problemática do socialismo democrático. Entendido como a alternativa ideal ao sistema capitalista e ao sistema socialista estatal, o socialismo democrático ora é assimilado a um modelo híbrido de sociedade contendo elementos distintos daqueles dois sistemas - espécie de amálgama entre colectivismo económico e liberdades públicas -, ora é assumido como um projecto de transformação dos sistemas actualmente vigentes num sentido de progressivo controlo dos mecanismos de poder da sociedade pelos cidadãos-trabalhadores, com a consequente eliminação do peso detido quer por grupos empresariais tecno-privados quer por castas burocráticas em cada um dos modelos vigentes de sociedade, mas sem recorrer a processos de colectivização económica, antes apostando no planeamento democrático duma economia de mercado.

O debate ora em curso no seio do Partido Socialista Francês, os balanços que se vêm fazendo sobre as diferentes experiências dos vários partidos socialistas da Europa do Norte, bem como a inegável evolução ideológica do Partido Socialista Português são sintomas claros desse movimento de ideias, a que não é alheia igualmente a profunda crise que grassa no interior do pensamento marxista, mesmo nas suas versões heterodoxas e antidogmáticas.

Um núcleo de preocupações comuns orienta, sem dúvida, os partidários do socialismo democrático, independentemente dos respectivos posicionamentos em relação à concepção desta alternativa e das tónicas acentuadas na sua definição. Núcleo de preocupações que, significativamente, assenta muito mais numa dupla recusa ou negação dos sistemas de sociedade vigentes e dos respectivos mecanismos alienatórios e repressivos, do que propriamente na afirmação das características positivas dum modelo alternativo - perspectivado de dois modos e originando, por isso, diferentes estratégias políticas. A intransigente defesa das liberdades públicas, o respeito pelos direitos humanos em quaisquer latitudes e sistemas sem cedências a pseudo-justificações de carácter ideológico, a opção por um modelo político-administrativo amplamente descentralizado e, como tal, estimulador da participação activa dos cidadãos na vida pública, a prioridade atribuída a uma estratégia de ousadas reformas sociais e de melhoria da qualidade de vida - na educação, saúde, segurança social, habitação, equipamentos colectivos -, o alargamento do controlo pelos trabalhadores e cidadãos dos diferentes poderes sociais - nas empresas, no espaço urbano, nas instituições cultu-

rais e educacionais, nas cooperativas, nos sindicatos -, o planeamento democrático do desenvolvimento económico, orientado para a satisfação das necessidades sociais e não para a maximização dos lucros privados, com a recusa simultânea do império do mercado e do centralismo estatal - serão os mais importantes princípios orientadores da alternativa socialista democrática, comuns às suas diferentes perspectivas. Todos eles resultam, como se vê, da preocupação de recusa dos mecanismos políticos, sociais e económicos vigentes nos sistemas capitalista e socialista estatal e profundamente alienantes. Mas quaisquer deles, por outro lado, podem enformar diferentes tipos de organização das instituições político-administrativas - conforme o grau respectivo de influência dos mecanismos de democracia representativa e de democracia de base -, bem como diferentes formas de controlo dos poderes sociais - cògestão, controlo de gestão, autogestão - e diferentes esquemas de planeamento democrático da economia, com maior ou menor intervenção do mercado e do plano, e maior ou menor peso respectivo dos sectores público, cooperativo e privado da produção. Estas diferentes aplicações dos mesmos princípios orientadores explicam-se, como é óbvio, pelas características próprias de cada país e sociedade, pela variedade de pontos de partida, pelas correlações de força entre as classes sociais e os partidos políticos, pela experiência concreta decorrente do própria exercício do poder, pelos condicionalismos de ordem económica e geopolítica, etc.

Entende, por tudo isto, a Associação António Sérgio que o campo do socialismo democrático abarca uma larga variedade de posições políticas, centradas, é certo, no corpo dos princípios acima expostos. Nele cabem, em consequência, zonas de opinião não coincidentes forçosamente com a que é ocupada pela principal força política patrocinadora em Portugal deste projecto de sociedade: - O Partido Socialista. Aliás, um projecto tão vasto e ambicioso como este ^{não} poderia esgotar-se na actividade dum partido político - sem dúvida decisiva na esfera da conquista do poder e da transformação do aparelho de Estado -, antes supõe o concurso de toda uma série de instituições e correntes de opinião que, no seio da sociedade civil, prossigam um esforço paralelo e complementar de dinamização de processos de mudança inspirados nos mesmos ideais.

Ora, o sector cultural é, sem dúvida, um daqueles em que mais claramente se evidencia a sensibilidade à problemática do socialismo democrático e que mais decisivamente pode contribuir para o esforço de dinamização deste projecto no seio da sociedade civil. Suscitador de correntes de opinião particularmente sensíveis à defesa

das liberdades e ao respeito pelos direitos humanos, em consequência da própria prática dos seus criadores e agentes, o meio cultural é, por outro lado, um laboratório de experiências de criação, difusão, animação e preservação de valores, imprescindíveis à socialização do poder, à libertação dos trabalhadores e à plena realização da personalidade de cada cidadão - objectivos finais do socialismo democrático. O desenvolvimento cultural aparece, nesta perspectiva, simultaneamente como agente fundamental do desenvolvimento global e fim último duma acção política inspirada nestes princípios.

A política cultural - entendendo-se por esta expressão um conjunto coerente de objectivos, instrumentos, métodos e acções definidos e aplicados por instituições de poder político ou social com vista a assegurar o direito à cultura - assume, deste modo, uma posição nuclear no sistema global de políticas a desencadear pelo conjunto de aparelhos e organismos empenhados no projecto de construção do socialismo democrático.

Não surpreenderá, pois, que a Associação António Sérgio, estatutariamente empenhada na "difusão e expansão dos princípios que constituem a doutrina do socialismo democrático", procure iniciar esta nova fase da sua existência com um encontro subordinado ao tema " Socialismo democrático e política cultural " e aberto à participação de personalidades em grande parte exteriores ao Partido Socialista.

Pensamos que a definição duma política cultural inspirada nos princípios do socialismo democrático é uma tarefa que transcende as fronteiras dum partido político e exige o concurso, mais do que de simples militantes partidários, de autênticos militantes da cultura, para os quais a democracia cultural seja um projecto inseparável dum processo de aprofundamento da democracia política, social e económica. Pensamos também que a política cultural constitui uma área privilegiada para uma melhor clarificação do próprio projecto do socialismo democrático. Com efeito, o tipo de questões suscitadas pela definição duma política cultural - as relações entre a Cultura, o Estado, a Nação e a Sociedade e entre os diferentes tipos de cultura e práticas culturais, bem como os conceitos e práticas de democracia, descentralização e animação cultural - contribui decisivamente para uma mais rigorosa demarcação deste projecto de sociedade relativamente aos que se inspiram quer na ideologia liberal quer na ideologia comunista.

Cumpra constatar que os esforços desenvolvidos no sentido de definição duma tal política cultural, dentro como fora do Partido Socialista, têm sido escassos e desgarrados, mau grado alguns contributos individuais assinaláveis. Tanto o programa do P.S. como os programas dos Governos de base socialista caracterizaram-se mais por serem um elenco de medidas de alcance desigual e baseadas em orientações muito genéricas, do que por constituírem um corpo sólido e coerente de princípios e linhas de actividade claramente autónomos e inovadores relativamente às propostas habituais surgidas em matéria de política cultural tanto à direita como à esquerda, propostas essas que, é certo, procuram cobrir frequentemente práticas sectárias, repressivas e antidemocráticas.

Pensamos, porém, que é possível e até urgente, mesmo ao nível do discurso teórico, perspectivar um enfoque dos problemas levantados pela definição duma política cultural realmente distinto dos enfoques do tradicional discurso liberal e do discurso táctico comunista. Por outro lado, num país em que uma certa esquerda lança um véu púdico sobre as violações da liberdade de expressão e criação em países do Leste e a direita é ostensivamente cúmplice e autora de censuras mais ou menos abertas, é preciso e urgente fortalecer a corrente dos que não transigem em matéria de liberdade de criação, inovação e difusão cultural, aglutinando neste combate a maioria dos criadores e agentes de cultura que se opõem tanto ao conservadorismo duma direita ainda pouco convicta dos próprios valores liberais como ao dogmatismo estalinista, afinal tão próximos no seu posicionamento de fundo face ao fenómeno cultural e à sua carga inevitavelmente crítica.

Uma tal situação, tão peculiarmente portuguesa, coloca os socialistas na necessidade de assumirem simultaneamente a herança liberal e o seu projecto autónomo de socialismo democrático, que, se bem que incorpore aquela, não lhe é redutível. Esta necessidade de preencher com frequência um espaço de valores meramente liberais que, em boa verdade, noutros países encontrou outros protagonistas, tem contribuído igualmente para uma certa indefinição e oscilação do discurso e da prática socialista em matéria de política cultural, tornando, por isso, ainda mais urgente este esforço de reflexão teórica com vista à sua futura aplicação prática.

Deste conjunto de reflexões nasceu a iniciativa de organizar o encontro para que o convidamos. Nele se abordarão os temas considerados nucleares na perspectiva da definição duma política cultural

inspirada no socialismo democrático: Cultura e Identidade Nacional, Cultura e Sociedade, Cultura e Estado, Democracia Cultural.

A este encontro, outros se seguirão com o objectivo de aplicar os princípios e objectivos gerais entretanto definidos aos diferentes sectores da política cultural, numa perspectiva prática e atenta às circunstâncias concretas ora vigentes em Portugal.

Pensamos contribuir, assim, não só para a definição e aplicação duma política cultural coerente e fundamentada, como para o próprio fortalecimento dos ideais do socialismo democrático em Portugal, inseparáveis do combate pelo direito à cultura e à plena liberdade de criação.



CD25A

CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL

- Cultura, em sentido lato, como conjunto de valores, representações colectivas, usos e costumes que constituem a identidade nacional (o ser histórico de um povo) - "Sobre cada Povo está suspensa uma tábua de valores"(Nietzsche)

- A revolução de 1383-85, primeira revolução popular, social e nacional, da Europa

- Afirmação da Identidade nacional

- Uma nova mentalidade

- As Descobertas e a Revolução Cultural

- A especificidade do Renascimento Português - uma ruptura epistemológica semelhante à de Galileu no séc. XVII

("Portugal não pode ser compreendido no que tem de específico sem os Descobrimientos (...) o renascimento português é a placa giratória de toda a História de Portugal" - Joaquim Barradas de Carvalho - "Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico".)

Política de Fixação e Política de Transporte;

Alfarrobeira e o princípio da decadência;

Do Reino da Inteligência ao Reino da Estupidez

- Causas da decadência

- "Três fenómenos capitais:

0 Primeiro - Transformação do catolicismo, pelo concílio de Trento;

0 Segundo - estabelecimento do absolutismo pela ruína das liberdades locais

0 Terceiro - desenvolvimento das conquistas longínquas

(Antero de Quental: "Causas da decadência dos Povos Peninsulares)

- O Liberalismo e a tentativa de reforma cultural (Garrett- Herculano)

- A geração de 70 - " Os vencidos da vida "

- O Salazarismo: um nacionalismo contra a Nação

- Obscurantismo e resistência cultural

0 25 de Abril - O fim do ciclo imperial.

- Crise de identidade nacional ou crise da ideologia dominante?

- A ausência duma pedagogia revolucionária e a inexistência dum projecto cultural
- O primarismo ideológico da extrema-esquerda e a contra-revolução ideológica da direita. O Nacionalismo contra a democracia
- Processo democrático, integração europeia e vocação atlântica
- Uma contra-ofensiva democrática na Frente Cultural: retomar a inspiração renascentista Portuguesa na perspectiva do socialismo democrático.



CD25A

CULTURA E SOCIEDADE

A cultura será um dos sectores - ou vectores - do projecto socialista ou este projecto só pode existir enquanto projecto cultural, é ele próprio um projecto cultural? A reflexão sobre esta questão implica muitas outras que importa equacionar: pode um projecto socialista aceitar a oposição estabelecida (apesar de tudo, em tempos não muito recuados) entre cultura e civilização, (associando à primeira conceitos de liberdade, gratuidade, espiritualidade e à segunda os de necessidade, operacionalidade, materialidade)? Ou o fundamento específico desse projecto será a integração dos valores culturais na sociedade nova a edificar, "suprimindo a alienação da civilização à cultura"? Os esforços de integração da cultura na sociedade actual (na civilização actual) contribuirão ou não para uma totalitarização dessa sociedade, mesmo quando esta conservar e mantiver formas e instituições democráticas? A uniformização e o nivelamento apontados como metas à sociedade socialista - como sociedade igualitária ou mais igualitária - podem continuar a ser objectivos defendidos no domínio cultural, onde a especificidade e a originalidade continuam a ser valores ou ^{os} valores mais prezados? Ou será precisamente a verificação desse facto cultural que pode envolver a crítica à premissa que postula esse nivelamento, criticando nele não a utopia mas a nocividade?

Estas questões, a que muitas outras se prendem, tomam corpo nas frequentes querelas que continuam a ocultar o "carácter afirmativo" da cultura sob a sua vulgar adjectivação: cultura de elites e cultura de massas, cultura burguesa e cultura popular, cultura de vanguarda e cultura tradicional, etc. A adjectivação volve-se, nos exemplos propostos, em dicotomias de conteúdo bastante enganador e que estão na base de não poucos equívocos. Da quase pacífica afirmação do direito de todos ao acesso à cultura, decorrerá necessariamente, a perda do carácter elitista da criação e das manifestações culturais? Ou, pelo contrário, sublinhará esse carácter, pois que a especificidade do domínio envolve uma especificidade que sempre o distinguirá de fenómenos massivos ou massivos? Ou, indo mais longe, não será atributo essencial dele a recusa a essa massificação? O fixismo que acompanha normalmente a defesa da cultura dita burguesa não terá contrapartida em idêntico fixismo na defesa da cultura dita popular? O "mundo reservado" da cultura dita burguesa não o será tanto quanto o da cultura dita popular? Será \neq específico do fenómeno cultural esse mundo reservado, de minorias no interior da própria classe, que impedem precisamente a sua apropriação pela totalidade dela? Os valores tradicionais a preservar serão - ou não- aqueles que ainda são da vanguarda, ou seja aqueles que - embora na aparência aceites - continuam a ser estranhos ao

corpo social que os recebe e "guarda", continuando a conter inscrita a inversão e subversão dos valores civilizacionais que pontuam a conduta desse corpo?

Ou - indo mais longe - a consciência cultural implica ou não uma in-correspondência com os modos de pensar e agir de qualquer sociedade organizada, mesmo que sob a sua forma mais justa? Se a resposta for afirmativa, não será precisamente o espaço dessa in-correspondência que é preciso preservar? E não será também a insuportabilidade dessa in-correspondência que leva a atitudes repressivas, das suas formas mais visíveis às mais subtis?

Continuando no modo interrogativo: o fosso, hoje tão falado, entre o que se tem chamado as "duas culturas" - cultura científica e cultura literária - não poderá significar que a primeira se deixou incorporar pelo civilizacional, pelo "unidimensional" e a segunda se mantém como espaço da oposição e da recusa, espaço das múltiplas dimensões e dos sentidos não unívocos?

Parece que um projecto cultural socialista - se a expressão não for, ela própria, um pleonismo - não pode escamotear a discussão das questões atrás esboçadas, cuja simplificada resposta teve nas sociedades ditas socialistas e nos exemplos históricos conhecidos, as trágicas consequências sabidas.

Dessas consequências não terão os projectos socialistas democráticos fugido por idêntica simplificação (de sinal oposto) atendo-se, na política cultural, a um liberalismo que igualmente ilude o cerne delas?

Qual - se o há - o espaço autónomo, não simplesmente liberal, mas também ¹⁴⁴dirigista? Como prepará-lo? Como concebê-lo?



A INTELIGÊNCIA E O OLHAR

1 - Para alguns físicos e cosmólogos, o fim do Universo através da chegada ao estado de máxima entropia em termos termo-dinâmicos, não implica o desaparecimento ou aniquilação da matéria, mas sim o desaparecimento, nesta, de qualquer diferenciação ou irregularidade. A aniquilação seria assim, apenas, a "undifferentiated sameness", a obliteração total de qualquer singularidade.

Sabe-se quanto são perigosas as analogias com o mundo físico quando está em causa o Homem ou a Sociedade, mas esta é aqui usada conscientemente e sob reserva, porque é uma imagem poderosa; ocorre pensar que uma tendência para a uniformização da cultura, mesmo sem o desaparecimento do corpo de conhecimento geral acumulado, significaria talvez, também, a obliteração da própria cultura.

Os meios de comunicação, a inundação da produção literária e científica, a prática crescente do domínio das línguas estrangeiras entre os intelectuais, a mobilidade (quase ubiquidade) de homens pensadores e de ideias, são factos incontestáveis, mas não conduzem, por si, a uma uniformização - a criatividade das elites intelectuais e o próprio gosto e necessidade do debate e da querela, não inculcam nenhuma suposição de tendência para a uniformidade na cultura contemporânea.

Mas essa é a cultura dos homens "cultos", a cultura dos intelectuais = homens de imensa capacidade para reflectir, criticar, analisar, poderosas inteligências servidas por olhos que servem para ler, incansavelmente.

Mas servem-lhes para ver?



2 - O intelectual é, na generalidade, o "literato", o homem da palavra.

É, raramente, o homem da imagem, do olhar que vê; absorto na perseguição do conceito, nem sempre apreende a evidência visual à sua volta.

E a evidência é a da pressão que o enquadramento físico da vida social exerce sobre o corpo da sociedade: pressão muito mais forte e definidora do que a da palavra - a pressão constante, sem pausa nem retrocesso, de um meio visual e experiencial.

A palavra, o discurso, vão, ~~vêem~~, refluem, opõem-se, contrariam-se, anulam-se, esquecem - o ambiente, que os olhos abarcam e que o quotidiano exprime, não tem essas hesitações. Como um imenso deslocar ou afundar de um continente, arrasta consigo os habitantes, as vidas e os conflitos.

Trajo, arquitectura, automóvel, mobiliário, objectos de uso diário e produção maciça, embalagem, cartaz, modo e ritmo de vida, e até de alimentação, são os veículos reais de modelação do enquadramento de uma sociedade que sofre a mais poderosa transformação do século: a urbanização.

Curiosamente, para a maioria das pessoas, e até pessoas com responsabilidade, a urbanização é a simples migração para a cidade. Ponto. Parágrafo. Nada mais.

Ora esse é um dos aspectos apenas, e não o mais importante, do fenómeno "urbanização".

A urbanização é a passagem de um estatuto de vida rural

a um estatuto de vida citadino - não é mudar de residência, é mudar de vida! Com toda a ruptura social e cultural que essa transformação implica. A própria força do fenómeno reflui sobre o mundo rural que, através dos meios de comunicação de massa, do comércio e do retorno da emigração, recebe em cheio o impacto de essa mudança.

Entenda-se, claramente, que o próprio mundo rural está hoje fortemente "urbanizado" - não o compreender conduz a retirar muito significado a coisas que acontecem....

É, portanto, a este nível, (e não ao das elites criativas) que, efectuada a ruptura e instalado o trauma, aparece a real tendência para a "entropia", para a "undifferentiated sameness", para o desaparecimento da cultura pela uniformização da cultura. É a este nível que, como no leite que se deixa azedar, a sociedade "talha", separando-se e dissipando-se para um lado a raiz profunda popular das diferenças, e para o outro a cultura das elites, que fica a boiar acima da massa do corpo social.

É este "talhar" que torna tão patéticos os esforços das camadas "cultas" procurando uma recolagem a uma massa que as repele; - os esforços generosos e meritórios de "acção cultural" são, quantas vezes, exercícios apenas recebidos por minorias que de facto já aspiram e já estão preparadas para os receber, causando assim profundos erros de perspectiva nos seus agentes e autores. De resto, estes não se aperceberão talvez até da natureza dos seus "êxitos", mas provavelmente sentem-no, de modo difuso.

Haverá cinismo em pensar que grande parte da "sofisticação" (passe o detestável anglicismo...) dos intelectuais, é uma fuga para a frente perante a frustração (oh! certamente negada), de não conseguir "colar" às massas?

3 - Há que insistir em chamar a atenção, sempre e cada vez mais, para o facto de que o nível e o ponto de observação das pessoas que se debruçam sobre o fenómeno cultural é retintamente e inegavelmente citadino, isto é, situado numa topologia mental com uma matriz "trans-local".

O literato, o intelectual, mesmo proveniente das raízes mais fundamente ligadas a uma diferenciação local, é já um cidadão, "malgré lui", e ainda que afirma e julgue não o ser; ou até que queira não o ser. Não é ele, de resto que está em causa numa análise sobre a cultura e a sociedade - é justamente aquela diferenciação inicial, que, por ser diferenciação gerou um potencial criativo, a que está ameaçada.

E é aqui, na perspectiva de este tema, que se põe uma interrogação, onde uma certa posição já está talvez implícita:

- Em termos de uma política cultural, uma vontade de intervenção condutora ou impositiva de determinado projecto, tem mais força que a sorrateira e silenciosa transformação induzida pelos factores não voluntaristas mas realmente formadores (ou deformadores) da cultura, que acompanham a urbanização da sociedade?

Ou, posta a pergunta de outra maneira, (que convida as pessoas a fecharem por momentos as revistas de cultura e esquecerem temporariamente os debates ideológicos subtis e brilhantes, e a olhar para ver):

- Tudo somado, e com o assentar do tempo, nos países onde uma política cultural monolítica e impositiva tem estado em acção, como nos outros, os resultados reais são mais devidos à "cidadinização" da sociedade e aos condicionamentos culturais que acarreta, ou a uma acção voluntarista? Até onde os efeitos de essa acção são sentidos aqui e além, sobretudo ou apenas ao nível das "élites" cidadinas igualmente "descóladas" da massa - quer sejam "funcionários estatais" da cultura, ou intelectuais burgueses "liberais"?

É interessante conhecer o pensamento e a visão do mundo de um intelectual de Pittsburgh, do Porto, de Paris ou de Novo Sibirsk - mais interessante seria conhecer o pensamento de um contabilista ou de um metalúrgico de Pittsburgh, do Porto, de Paris ou de Novo Sibirsk, mas estes não têm o hábito, nem o interesse, de publicar o seu pensamento....

4.- Não será ousado, certamente, pensar que as explosões de nacionalismos e autonomias, patentes no mundo ocidental, latentes no bloco oriental, tem uma justificação económica que parece bem frágil (e às vezes até absurda); um alibi mal disfarçado para reencontrar uma identidade cultural, uma raiz comum, uma "diferença" que seja uma recusa da uniformização imposta

pelo cosmopolitismo da revolução urbana em curso e a lógica da concentração dos meios de produção.

A nostalgia da diferença tem aí um claro suporte na linguagem (celta, urdu, "lange d'oc", árabe...).

Ora, na sociedade portuguesa, revolvida mas não revolucionada, sujeita de chofre a um processo de urbanização violento, não há diferenças linguísticas suficientes para motivar ou servir de suporte a uma luta contra a uniformização invasora: fica apenas a desorientação, a frustração, a apatia.

A "injecção" de estímulos culturais é desoladora nos seus resultados; porque não o reconhecer? Será apenas questão de insuficiente intensidade, analfabetismo funcional, falta de meios, descoordenação, incompetência?

É tão cómodo afirmá-lo... e tão tranquilizador para as consciências, boas ou más consciências, dos responsáveis.

5 - A "democratização da cultura", a "socialização da cultura", soam às vezes de maneira singularmente suspeita, em escritos e em discursos. Não em si mesmas, evidentemente, mas pelo que não conseguem deixar de sugerir, involuntariamente, de um paralelismo que não existe com "socialização dos meios de produção", "reforma fundiária", "repartição equitativa dos bens de produção" etc..

Mal será se a cultura for entendida como uma coisa que deva ser conquistada às classes restritas que a possuem ou

detêm, e depois repartida e distribuída às massas carenciadas; espécie de apropriação colectiva dos meios de produção de cultura, como dos de serviços e bens básicos (Empresas Nacionalizadas de Cultura, com Ministério de Tutela, não, não, não!...).

Haverá quem possa ter intimamente uma visão de este tipo, ainda que a expresse com roupagens sociológicas adequadas e toleráveis - mas, se existir, encontrar-se-ã apenas e sô entre os membros de uma elite cidadina e cosmopolita.

Bem pelo contrário (e sem cair num populismo pataqueiro) a cultura, numa perspectiva socialista e democrática, não é coisa que as massas conquistem às elites para repartir, ou que estas, magnânimamente, deixem cair do alto como chuva benfazeja - mas que as elites (se o forem, realmente), terão de ir buscar e repercutir, em toda a extensão da sociedade, e na riqueza da sua diferenciação.

6 - A sabedoria resultante do contacto estreito com a Natureza e os homens, a capacidade de julgar e contemplar, a conservação de uma memória colectiva e acumulada do saber e da experiência, o sentido da participação e da festa, a disponibilidade para admirar e competir, a invenção, o empenhamento na luta e na rivalidade (até na zaragata!), e outros valores, encontram-se de um modo que se diria natural nas comunidades rurais e nas comunidades estabilizadas e antigas dentro dos núcleos urbanos grandes.

A urbanização maciça e rápida destroem-nos, e a neutralização ou castração do poder criador da massa, é acelerada por uma barragem intensa do fogo cruzado da publicidade, do "marketing" de produtos e imagens que formam o enquadramento quotidiano.

No meio desse bombardeamento, as hordas de citadinos e rurais "urbanizados culturalmente", entontecidos, intoxicados, apalermados por um enquadramento visual e sensorial poderosamente activo, são alvo de um "marketing" de ideias que passa, tantas vezes sob a capa de "acções de democratização cultural". Qual a "chance" de êxito destas? É lícito pensar que é bem pequena.

Interrogar-se-ã o romancista, com toda a crueza e rigor, sobre quem lê as suas obras? Quem assiste aos espectáculos de teatro? Quem vai ao bailado? O jornal, quem o lê e como? A conferência, a visita guiada, a palestra, são escutadas por quem? O pintor, o gráfico, o escultor pensam que as suas obras são apreciadas por quem?

O simples enunciado destas perguntas chegarã para melindrar todos os generosos e bem intencionados criadores e autores, que com talento inegado, praticam aquelas disciplinas - mas não é essa a intenção, de modo algum.

Os ensaístas, os colaboradores das páginas culturais dos periódicos, os pensadores e investigadores que povoam o mundo universitário, esses, então, até ficam naturalmente fora da questão: esses sabem bem para quem escrevem....

A afirmação que se segue, essa sim, é que é deliberadamente provocatória e talvez exagerada:

— Uma perspectiva socialista da cultura e da acção cultural não pode ser esta.

Tem de ser ao mesmo tempo infinitamente mais humilde, e infinitamente mais ambiciosa.

Humilde, porque exigirá o reconhecimento de que muitas das expressões próprias da sociedade urbana em mutação estarão muito aquém e muito abaixo do nível em que actuem as inteligências, o exercício da análise e a criatividade das elites.

Ambiciosa, porque deve comportar um acto de fé na existência latente daquelas expressões, e o trabalho contínuo, lento, persistente que consiste em identificá-las no meio da ganga do enquadramento urbano, pô-las em evidência, procurar que no seio da própria sociedade urbana os seus elementos reencontrem e reconstituam identidades e diferenças que substituam as raízes perdidas.

Isto deverá ser feito, passando por entre as escolhas de três tentações evidentes:

- uma tentação etnologista, folclorista e nacionalista
- uma tentação cosmopolita e elitista
- uma tentação de vanguardismo populista

As três estão em manifesto movimento sobre a sociedade moderna, procurando injectar nela, racional e deliberadamente, novos mitos.

Mas o trabalho realmente importante é o de explicitar, racionalizando-os, os mitos latentes e potenciais; ajudar ao reencontro penoso, difícil e certamente pouco brilhante de aquilo que ainda existe de diferenciado, ou possa vir a existir, na sociedade agredida pelo enquadramento urbano uniformizante.

7 - Os historiadores, com ciência e competência que estão para além do alcance de este apontamento, poderão certamente dizer que, ao longo da História da sociedade portuguesa, outros traumas "cosmopolitas" a atingiram, e nem por isso deixaram de ser transformados, recriados, incorporados e assimilados.

Um certo jeito, por vezes parrana, por vezes genial, permitiu ao Homem português acabar por fazer seu, aquilo que parecia ser irrelutável estrangeirismo. O acto de fé consistirá em acreditar que esse jeito permanece, se bem que não haja ainda perspectiva temporal para distinguir a sua acção.

A argúcia do crítico, do pensador e do observador estará em procurar descortinar já os seus sinais.

A eficácia dos políticos empenhados na acção cultural estará em ajudar a sua eclosão; ajudar em suma, o Homem perdido no meio da agressão uniformizante do ambiente urbano a encontrar um modo de se ajustar, assimilar, e onde possível, recrear e refazer como seu esse ambiente.

A resolução do conflito entre o ambiente urbano opressivo e a sociedade urbana entorpecida e frustrada (se não se deseja que se manifeste nas sub-culturas da subversão, do van-

dalismo, da marginalidade) exigirá a evidenciação dos sinais que já existem, da formação de focos de diferenciação.

São sinais ténues, incipientes, por vezes ridículos. Mas existem. É preciso vê-los:

— o esforço para dar alguma identidade à habitação ou aos espaços colectivos amorfos das grandes expansões urbanas especulativas, manifestado em arranjos por vezes imaginativos, por vezes angustiosamente frouxos; a expressão plástica inegável e maravilhosa que cobriu os muros e paredes das cidades (num momento, evidentemente, em que uma "diferenciação" existiu, fugaz, antes de cair no marasmo) e que tantos "intelectuais" não souberam ver, por entre a obscuridade e a grosseria, classificando-a de ofensiva sujidade...; a preocupação de pintar ou ornamentar o automóvelzinho (não por simples exibicionismo mas para o tornar "diferente" aos próprios olhos, pontapé ingênuo e furioso contra a uniformidade do objecto produzido em série); as formas já tão marcadas de ocupar ou apropriar-se colectivamente de certos espaços públicos procurando "reconstruir" um sentido perdido da comunidade (quem não vê o significado da animação de algumas esquinas, de alguns cafés ou leitarias de bairro, de alguns largos - espécie de clube informal e aberto, com linguagem, tiques e interesses próprios?).....

Tantos, a cada passo.

Sinais, apenas sinais, de uma ansiedade, de um desejo confuso e desordenado de buscar uma "cultura"; mas há que saber vê-los.

Saber ir ao encontro dessa ansiedade, entendê-la, fazê-la desabrochar em criações e (isto é o mais difícil de tudo!) aceitá-las na sua forçosa pobreza inicial - a compaixão não é o forte dos intelectuais - e aprender, mesmo, com essa pobreza; ajudar a libertar as expressões tímidas da revolta contra a uniformidade; ensinar a ver a fealdade e a procurar o conteúdo do legado do passado; mostrar os valores da acção colectiva que se resolva na fusão das vontades criadora da "diferença"; encaminhar o sentido da luta contra uma "pseudo-cultura" comercial, denunciando os seus falsos valores e os mecanismos que estão por trás deles (não propondo ou impondo outros valores, mas estimulando as pessoas para procurarem os seus), são caminhos que podem conduzir a uma socialização e democratização da cultura, não impositiva.

A que conduzirão esses caminhos? Que formas poderão vir a aparecer? Que valores representarão? Não será mais seguro e importante propor um "projecto" cultural elaborado pelos trabalhadores da inteligência, pelo que a sociedade tem de melhorar no plano do pensamento e da arte?

É possível, mas então, ao falar de "democratização cultural" medite-se a fundo, verdadeiramente a fundo, no significado do primeiro termo, mais do que no segundo.

O acto de fé na criatividade do Povo tem de ser verdadeiro, profunda e convictamente assumido, com todas as suas consequências.

Não basta afirmá-lo pro-forma, e cumprida essa obrigação, mandá-la para as urtigas e começar a pensar, reflectir e escrever para o círculo bem mais aliciante e prestigiante dos "profissionais" da cultura.

Modéstia e humildade ficam muito bem ao intelectual socialista e democrata, e não lhe fazem mal nenhum.

No meio do intenso labor mental e criativo, no debate das ideias, na prospecção das fronteiras do saber, na meditação sobre os mais profundos problemas do Mundo e do Homem, ele não deve esquecer-se de, uma vez por outra, olhar à sua volta e ver onde está.



CULTURA E ESTADO

1. " A única ética cultural do Estado deve ser a do antimecenato, quer dizer, de uma relação entre o Estado e as actividades culturais despida de todo o interesse estatal, em sentido próprio, como se os fins do Estado e da Cultura se confundissem. (...)

Enquanto parceiro cultural, o Estado não é ninguém. Por isso mesmo não deve ter necessidade de um específico brilho cultural, nem deve querer alcançá-lo empregando nisso o dinheiro que o conjunto dos cidadãos lhe confia para levar a cabo o desenvolvimento harmonioso do país. Rigorosamente não é encargo do Estado criar cultura, mas apenas fomentar iniciativas e suscitar os meios e o quadro que permitem à imaginação já em acto ou potencial manifestar-se e existir, conferindo-se a si mesma a sua própria e imprevisível finalidade."

Eduardo Lourenço

2. A perspectiva do socialismo democrático implica uma relação entre cultura e Estado que preserve ao máximo a autonomia daquela e reduza a intervenção deste ao fornecimento dos instrumentos administrativos, jurídicos, técnicos, financeiros e logísticos indispensáveis ao pleno exercício do direito à cultura.

3. A visão anti-instrumental da Cultura pelo Estado implica o combate a duas tentações: A tentação da cultura como instrumento de ideologização das massas populares, própria das sociedades comunistas, e a tentação de cultura como instrumento de ostentação do Estado, própria de sociedades conservadoras mesmo liberais.

4. O Estado da sociedade socialista democrática deve, por isso, encarar o espaço cultural não como "ornamental" nem como "ideológico", mas como espaço crítico, aberto ~~à~~ contestação e ao "direito à diferença", inenquadrável e libertador, sempre inassimilável nas suas fronteiras extremas à ordem social vigente, por mais progressista e justa que esta se apresente.

5. Assim, não é a Cultura que aparece como instrumento do Estado, mas o Estado que surge como instrumento da cultura, na medida em que a finalidade última da acção política acaba por ser o próprio desenvolvimento cultural, como condição e meta da desalienação e libertação dos homens - objectivo último do socialismo democrático.

6. Em consequência, o planeamento democrático do desenvolvimento coordenado pelo Estado da sociedade socialista democrática e amplamente participado pelos cidadãos através das suas estruturas representativas, englobará não apenas investimentos na esfera económica e social, mas também numa esfera cultural, que

não se reduza simplesmente à democratização do ensino e à criação de estruturas de educação permanente e seja considerada não como subsidiária, mas prioritária.

7. A intervenção do Estado neste domínio implica, por isso, uma política, ou seja, um sistema de finalidades, objectivos instrumentais e meios, determinante dos critérios de aplicação dos recursos da comunidade.

8. A política cultural do Estado da sociedade socialista democrática, para evitar qualquer tentação dirigista ou ostentatória, tem de ser elaborada, aplicada e vigiada descentralizada e participadamente, em ordem a assegurar os objectivos da construção da democracia cultural, definidos no âmbito do tema seguinte,

CD25A



DEMOCRACIA CULTURAL

- Descentralização

- Animação Cultural

1. Um projecto cultural socialista e democrático tem, necessariamente, um carácter global, referindo-se, por um lado, à actualização dos direitos culturais de cada cidadão e, por outro lado, ao projecto colectivo que informa e orienta o conjunto da sociedade.

O carácter globalizante da acção cultural faz com que ela se não reduza a quaisquer manifestações ou a expressões sectoriais. Enquanto proposta de valores e de referências qualitativas, a cultura é, intrinsecamente, uma componente determinante de todos os aspectos da vida social.

2. A democracia cultural não pode desligar-se da democracia política, económica e social. Existe entre elas uma relação de interdependência profunda, na medida em que a igualdade de oportunidade na esfera política, económica e/ou social condiciona o exercício efectivo dos direitos culturais e em que o exercício desses direitos é, por sua vez, condição fundamental para que se opere a passagem de uma democracia formal para uma democracia real.

3. Um projecto cultural socialista e democrático supõe e implica uma concepção de cultura:

pluriforme - favorecendo a multiplicidade das expressões e das práticas culturais, de acordo com o modo de ser e de viver dos vários grupos sociais;

participativa - estimulando a consciência de que todos os cidadãos são sujeitos e não meros objectos da acção cultural e apoiando o associativismo cultural de base;

activa - condenando a passividade e o consumismo alimentados pelas grandes indústrias culturais e encorajando a experimentação e a inovação;

integrada - evitando a compartimentação entre os diferentes aspectos do viver quotidiano, nomeadamente no que se refere ao fosso actualmente existente entre o mundo do "trabalho" e o mundo dos chamados "tempos livres".

- 4- Sem menosprezar o papel das vanguardas criadoras na vida cultural nacional, um projecto cultural socialista procurará quebrar a separação entre a cultura "cultivada", a cultura de massa e a cultura popular, institucionalizando meios de interpenetração entre essas diferentes áreas. A democratização dos meios e instrumentos da acção cultural, indispensável a qualquer projecto democrático, orientar-se-á, preferencialmente, para as camadas sociais menos sensibilizadas à dimensão cultural. Entre essas contam-se não só os economicamente menos favorecidos como, igualmente, as massas urbanas das zonas industriais, marcadas por formas de alienação cultural profundas e específicas.
- 5- O socialismo democrático implica a passagem do centralismo ao policentrismo cultural, favorecendo a criação de polos culturais geograficamente diversificados e assumindo a relação dialéctica centro/margem na dinâmica cultural. Nesta perspectiva, a descentralização dos meios institucionais e financeiros da acção cultural é vista não como uma transferência de modelos culturais do centro para a periferia, mas como um instrumento ao serviço da eclosão e do fortalecimento dos dinamismos culturais locais, através de órgãos de coordenação apropriados. No processo de descentralização cultural assume papel determinante a interacção a estabelecer entre as associações de base, as autarquias locais e os órgãos governamentais de administração cultural.
- 6- Um projecto cultural socialista e democrático supõe, como dimensão intrínseca e permanente, uma acção pedagógica e conscientizadora realizada através de práticas de "animação cultural". A animação cultural visa estimular os indivíduos e as colectividades a tornarem-se "agentes activos do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento qualitativo das comunidades em que estão inseridos", utilizando para tal uma metodologia de acção/reflexão baseada sobre a experiência directa dos participantes. A animação cultural é um elemento dinamizador de todas as formas de participação social, cabendo-lhe um papel determinante na mobilização dos dinamismos potenciais da sociedade para objectivos comuns.



SOCIALISMO Democrático e Política CULTURAL

ENCONTRO PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO ANTÓNIO SÉRGIO **aas** LISBOA
30/31 de MARÇO
1 de ABRIL



CD25A